



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 29 de dezembro de 2012

<b>A CRITICA</b> Política tributária.....	1
ECONOMIA	
<b>A CRITICA</b> Ruas do PIM terão R\$ 104 mi .....	2
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Governo federal começa reforma de ICMS no país .....	3
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Do mandato .....	4
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Sistema viário do distrito passará por revitalização.....	5
ECONOMIA	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Claro & Escuro.....	6
OPINIÃO	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Governo publica MP que trata da compensação do ICMS .....	7
ECONOMIA	

## Política tributária

# Novo passo na reforma do ICMS

Projeto de Resolução que trata da unificação desse imposto interestadual em 4% foi enviado ao Congresso Nacional

BRASÍLIA (AE) O governo federal iniciou ontem, o processo de reforma do ICMS interestadual e de mudança no indexador que corrige a dívida dos Estados e municípios com a União. Foram enviados ao Congresso Nacional um projeto de resolução unificando gradualmente as alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais e um projeto de lei complementar que prevê a aprovação de um convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para convalidar todos os incentivos fiscais concedidos pelos Estados, no passado, sem aprovação do Conselho. O projeto altera ainda os critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e municípios.

Os textos dos dois projetos não foram divulgados pelo governo, mas o secretário do Tesouro, Arno Augustin, disse que o inde-

### Exceção fiscal

**O Projeto de Resolução enviado ao Congresso Nacional deixa de fora as regras de unificação da alíquota os Estados do Amazonas e Mato Grosso, que mantêm intactas suas alíquotas de ICMS por se tratar de áreas de exceção fiscal.**

xador passará para Selic ou IPCA mais 4% ao ano, o que for menor. Hoje a correção das dívidas é feita pelo IGP-DI, mais 6%, 7,5% ou 9%.

O governo também editou hoje a Medida Provisória 599, que cria o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional que compensarão as perdas de arrecadação dos Estados com a redução do ICMS, e mecanismos para atrair novos investimentos pelos Estados menos desenvolvidos. Segundo o cronograma pro-



Arno Augustin, secretário do Tesouro Nacional, enviou projeto ao Congresso

posto pelo governo a alíquota de ICMS nas operações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e pelo Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Su-

deste, a alíquota de 12% cairá um ponto porcentual ao ano, a partir de 2014 até atingir 8% em 2017. Para o período de 2018 a 2022, a alíquota ficará em 7%, voltando a

cair um ponto porcentual ao ano em 2023 até atingir 4% em 2025.

Nas operações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota de 7% terá um queda de um ponto porcentual ao ano a partir de 2014, chegando a 4% em 2016.

Nas demais operações, a alíquota deverá ser de 9% em 2014; 6% em 2015 e 4%, em 2016. As mudanças no ICMS não se aplicam às operações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, bem como às operações interestaduais com gás natural, as quais serão tributadas com base na alíquota de 12%.

A liberação dos recursos dos fundos, que será mensal, está condicionada ao cumprimento deste cronograma. As transferências do Fundo de Desenvolvimento Regional começam em R\$ 4 bilhões em 2014 e atingem R\$ 16 bilhões por ano em 2017, totalizando R\$ 296 bilhões até 2033.

## Produtos agora com o selo Inmetro

A partir de 1º de janeiro de 2013, cafeteiras, liquidificadores, batedeiras, fogões, fornos elétricos, secadoras de roupa, ferros de passar, torradeiras, sanduicheiras, máquinas de lavar louças, adegas, congeladores, secadores de cabelo, dentre outros produtos, totalizando 97 famílias de eletrodomésticos, só poderão ser vendidos ao consumidor com a certificação (selo) do Inmetro. Desde o dia 1º de julho de 2012, fabricantes e importadores já estavam impedidos de disponibilizar ao varejo equipamentos fora das exigências das Portarias Inmetro nº 371/2009 e nº 328/2011, que estabeleceram requisitos de conformidade para aparelhos eletrodomésticos e similares. Antes disso, houve prazo de um ano para adequação à Portaria.

### Ruas do PIM terão R\$ 104 mi

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra) assinaram ontem um convênio no valor de R\$ 104,5 milhões cujo objetivo é consolidar a reformulação do sistema de transporte e logística do Polo Industrial de Manaus (PIM) e seu impacto na área urbana da cidade.

A ação, integrada com o Governo Federal e o Governo do Estado, será executada em duas partes distintas e simultâneas. A primeira parte, orçada em R\$ 328 milhões, resultará em dois anéis viários: o Sul, que vai duplicar 8,3 quilômetros da estrada do Tarumã, na Zona Oeste de Manaus, e da avenida Santos Dumond até a avenida Torquato Tapajós; e o Leste, entre a Reserva Adolpho Ducke e a Bola do Distrito Industrial II.

Estes anéis permitirão a interligação do aeroporto Eduardo Gomes com o Distrito Industrial e os portos da região, em 30 quilômetros de intervenções viárias que vão permitir, além de uma melhor logística para as empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus, a retirada do fluxo de veículos pesados de carga que hoje tornam mais complicado o tráfego nas ruas centrais da cidade.

#### DISTRITO I

A segunda parte, fruto do convênio assinado também ontem, integra o Distrito I, e outras três

#### Saiba mais

##### >> Itaquero

Em fevereiro do ano passado, a Justiça federal viu irregularidades no convênio firmado pela Suframa e o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), no valor de R\$ 70 milhões, para obras de reparo nas vias do Distrito Industrial - serviço contratado pelo Cieam à Mosaico Engenharia - e mandou bloquear bens de dirigentes da autarquia, da entidade empresarial e da construtora, sob a alegação de que parte dos recursos foi aplicada sem comprovação.

ruas (Aninga, Miri-Miri e Tento) do Distrito II, a essa nova lógica de escoamento. Do valor total do convênio, R\$ 86,5 milhões serão usados na revitalização da área pioneira do Distrito, o chamado Distrito I, e R\$ 18 milhões na área de expansão, o Distrito II. "Se tudo der certo, esperamos estar com contrato assinado e máquinas na rua a partir de março", disse a secretária da Seinfra, Waldívia Alencar.

O convênio prevê repasse de R\$ 94 milhões por parte da Suframa e R\$ 10,5 milhões como contrapartida do Governo do Estado. A previsão é revitalizar 36 ruas, sendo 33 da área pioneira e três da expansão. "É uma obra estruturante, com previsão de

#### Em números



36 Ruas serão restauradas nos bairros Aninga, Miri-Miri e Tento do Distrito I, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) no pavimento flexível e recuperação de todo o sistema de pavimento rígido e drenagem, bem como novos abrigos de pontos de ônibus e sinalização. No Distrito II serão trabalhadas as ruas Aninga (2,6 km), Miri Miri (4,5 km) e Tento (2,1 km), com a construção das vias de 12 metros de largura, sendo 3,5 metros para cada mão de direção e mais 2,5 metros para acostamento e drenagem, também com toda a estrutura de sinalização.

dois anos e que tem, como principais consequências, o aumento da oferta de áreas para novas empresas interessadas em se instalar na Zona Franca, e - aliando este convênio à construção dos anéis viários Sul e Leste - uma nova logística para o PIM, que vai aliviar o trânsito de Manaus", comentou o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira.

Ao todo, serão recuperados 56 quilômetros de vias no Dis-

trito I, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) no pavimento flexível e recuperação de todo o sistema de pavimento rígido e drenagem, bem como novos abrigos de pontos de ônibus e sinalização. No Distrito II serão trabalhadas as ruas Aninga (2,6 km), Miri Miri (4,5 km) e Tento (2,1 km), com a construção das vias de 12 metros de largura, sendo 3,5 metros para cada mão de direção e mais 2,5 metros para

acostamento e drenagem, também com toda a estrutura de sinalização.

"Nossos técnicos agora vão sentar com o pessoal da Seinfra para estabelecer um cronograma das obras, priorizando as áreas hoje em situação mais crítica. No entanto, também contamos com o apoio do governo para que essas áreas críticas possam receber uma ação emergencial, a exemplo do que foi feito em maio último", disse Nogueira.

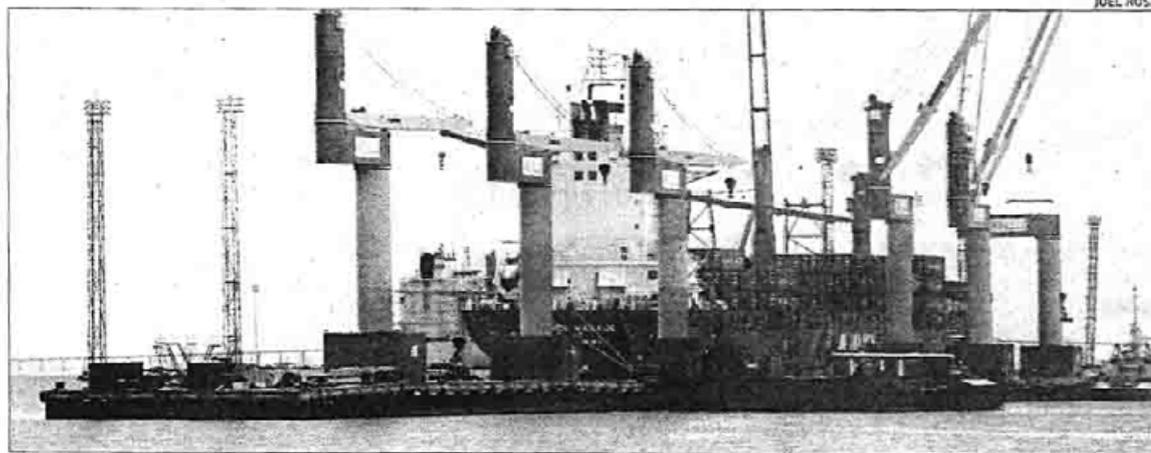
### Casio volta a se instalar em Manaus

Muito famosa no Brasil, nos anos 80, pelo modelo de relógios coloridos G-Shock, a japonesa Casio traçou uma estratégia para recuperar o mercado perdido ao longo das últimas décadas. Nos planos para os próximos dois anos, está a abertura de uma fábrica de relógios em Manaus - seria a quarta da empresa no mundo - para atender o mercado interno, um novo escritório no Rio de Janeiro e a inauguração de 15 lojas. São Paulo deve receber o primeiro ponto de venda da marca.

Foi o que informou o jornal Valor Econômico, dizendo que o executivo Masakazu Hirano, diretor-presidente da Casio para o Brasil, espera que as vendas cresçam de R\$ 25 milhões em 2012 para R\$ 100 milhões em 2013 no Brasil. Para isso, a empresa prevê aumentar os investimentos de R\$ 7 milhões, empenhados este ano, para R\$ 15 milhões no próximo ano. Na América Latina o faturamento da empresa deve atingir o equivalente a R\$ 250 milhões este ano.

## Governo federal começa reforma de ICMS no país

Projeto enviado ao Congresso, ontem, trata da unificação gradual do ICMS para Estados brasileiros, com exceção do Amazonas, que manterá os 12%



JOEL ROSA

Mudanças na alíquota de ICMS não se aplicam às operações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus

O governo iniciou, ontem, o processo de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual e de mudança no indexador que corrige a dívida dos Estados e municípios com a União.

Foram enviados ao Congresso Nacional um projeto de resolução unificando gradualmente as alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais e um projeto de lei complementar que prevê a aprovação de um convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para

convalidar todos os incentivos fiscais concedidos pelos Estados, no passado, sem aprovação do conselho.

O projeto altera ainda os critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e municípios. Os textos, porém, dificilmente serão votados antes de março, uma vez que o recesso parlamentar termina oficialmente dia 1º de fevereiro uma sexta-feira. A semana seguinte será a que antecederá o Carnaval, que neste ano é comemorado em 12 de fevereiro.

Os textos dos dois projetos

não foram divulgados pelo governo, mas o secretário do Tesouro, Arno Augustin, disse que o Indexador passará para Selic ou IPCA mais 4% ao ano, o que for menor. Hoje a correção das dívidas é feita pelo IGP-DI, mais 6%, 7,5% ou 9%.

O governo também editou nesta sexta a medida provisória 599, que cria o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional que compensarão as perdas de arrecadação dos Estados com a redução do ICMS, e mecanismos para atrair novos investimentos pelos Estados menos desen-

voividos.

As mudanças no ICMS não se aplicam às operações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, bem como às operações interestaduais com gás natural, as quais serão tributadas com base na alíquota de 12%. A liberação dos recursos dos fundos, que será mensal, está condicionada ao cumprimento desse cronograma. As transferências do Fundo de Desenvolvimento Regional começam em R\$ 4 bilhões em 2014 e atingem R\$ 16 bilhões por ano em 2017, totalizando R\$ 296 bilhões até 2033.

## Do mandato

# Vanessa Grazziotin faz balanço

Mesmo em um ano eleitoral, quando a pauta do Congresso Nacional fica mais curta, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avaliou como positiva a sua atuação parlamentar neste segundo ano de mandato.

Paralelo à sua participação nas eleições municipais deste ano, em que disputou a Prefeitura de Manaus, ela conseguiu aprovar dez proposições de sua autoria na casa, sendo que um dos projetos, o PL 1.033, que garante 30% de risco de vida para os vigilantes, acabou virando a lei 12.740/2012 ao ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

"Essa foi uma luta de 9 anos, que começou no meu mandato de deputada federal. Nesse período os vigilantes estiveram sempre mobilizados no Congresso para que a matéria fosse aprovada", disse a senadora.

Este ano, Vanessa participou de 13 comissões na casa na condição de titular, sendo duas delas Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Na CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, que ela

presidiu, o relatório final foi aprovado este mês.

Além dos vigilantes, Vanessa aprovou outros projetos que considera importantes, como o de número 238/2011, que dispõe sobre a imunização de mulheres contra o HPV; o 43/2012, que dispõe sobre técnica de reconstrução imediata da mama em caso

### OTIMISTA

**Em seu primeiro mandato como senadora, Vanessa Grazziotin faz balanço positivo de sua representatividade no Senado Federal neste ano de 2013, com aprovação de projetos importantes**

de câncer; o 149/2011 (Universidade dos Trabalhadores), que permite deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica as despesas com capacitação de empregados; o 334/2012, que dá isenção de IPI para aquisição de carros por autoescolas; e o projeto 192/2011, que propõe a redistribuição dos recursos

do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Entre as ações do mandato, Vanessa destacou a ajuda econômica para mais de dez mil agricultores amazonenses que perderam total ou parcialmente a produção devido a maior enchente dos rios do Amazonas nos últimos cem anos.

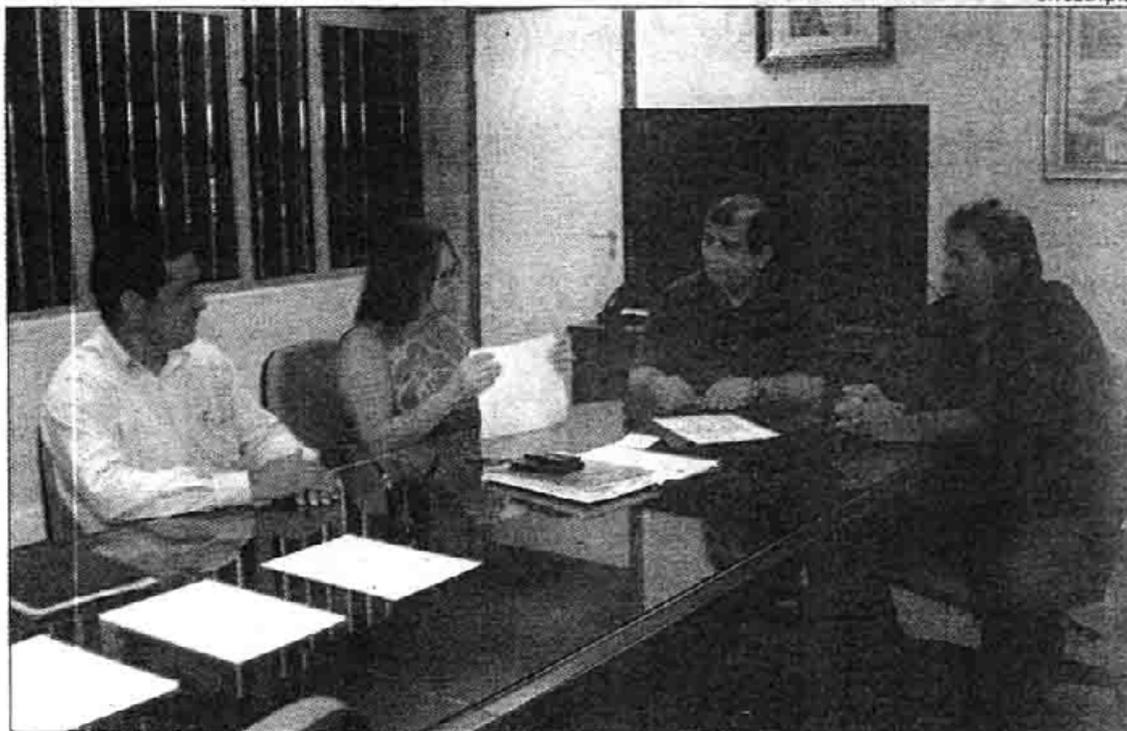
### Polo Industrial

"Também continuamos mais fortes na defesa da Zona Franca de Manaus, sempre nos posicionando contra matérias que prejudicam o modelo, a exemplo da PEC da Música.

Em relação às emendas ao Orçamento da União para o Estado, a senadora conseguiu empenhar algo em torno de R\$ 13,9 milhões dos R\$ 15 milhões que cada parlamentar teve direito. "Conseguimos ainda a liberação de R\$ 9 milhões da emenda de bancada proposta por mim para a construção do estádio da Colina que servirá como centro de treinamento para a Copa de 2014". São recursos para áreas estratégicas do Estado como a rural, saúde, educação e ciência.

## Sistema viário do distrito passará por revitalização

DIVULGAÇÃO



Reunião entre governo do Estado e Suframa ocorreu ontem à tarde na sede da autarquia

# Sistema viário do distrito passará por revitalização

Convênio assinado ontem no valor de R\$ 104,49 milhões será utilizado para restaurar as ruas ainda no 1º trimestre

O sistema viário do Distrito Industrial de Manaus será recuperado a partir do primeiro trimestre de 2013. Um convênio com essa finalidade foi assinado, ontem, entre a Superintendência da Zona de Franca de Manaus (Suframa) e o governo do Amazonas, representado no ato pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), a executora da ação.

O convênio, no valor de R\$ 104,49, foi assinado pelo superintendente da Suframa, Thomaz Afonso Nogueira, e pela secretária de Estado de

Infraestrutura, engenheira Waldívia Ferreira Alencar, em solenidade realizada na sede da autarquia federal.

Na parceria, está prevista a realização de obras de revitalização e expansão das ruas do Distrito Industrial Marechal Castelo Branco. De acordo com o objeto do convênio, 33 ruas serão revitalizadas, perfazendo um total de 58 quilômetros de intervenções, sendo a avenida Buriti uma das principais.

Além destas, três outras ruas (Tento, Aninga e a Miri-Miri), totalizando 9,2 km de extensão, passam a fazer parte do siste-

ma viário do DI, com o processo de expansão previsto no termo. "Após firmarmos o convênio o próximo passo será enviar a documentação para a Comissão Geral de Licitação (CGL-AM) para o processo licitatório tenha início de imediato", explicou a secretária de Estado de Infraestrutura, Waldívia Alencar.

Com isso, ainda no primeiro trimestre de 2013, possivelmente na primeira quinzena do mês de março, será emitida a Ordem de Serviço e contratada a empresa que ficará responsável pela realização das obras.

## Claro & Escuro

# Assinado convênio para obras do anel que ligará aeroporto ao DI

**A** Suframa e a Seinfra assinaram, ontem, convênio no valor de R\$ 104,5 milhões para reformular o sistema de transporte e logística do Polo Industrial de Manaus (PIM) e seu impacto na área urbana da cidade. Todo o trabalho será dividido em duas partes. A primeira parte, orçada em R\$ 328 milhões, resultará em dois anéis viários - o sul, que duplicará 8,3 quilômetros da Estrada do Tarumã, na zona oeste e da avenida Santos Dumond até a Torquato Tapajos, e o leste, entre a Reserva Adolpho Ducke e a Bola do Distrito Industrial 2 - que permitirão a interligação do aeroporto Eduardo Gomes com o Distrito Industrial e portos da região. A segunda parte, fruto do convênio, ligará o Distrito 1, e outras três ruas (Aninga, Miri-Miri e Tênto) do Distrito 2, a essa nova lógica de escoamento. Do valor total do convênio, R\$ 86,5 milhões serão usados na revitalização da área pioneira do Distrito, o chamado Distrito 1, e R\$ 18 milhões na área de expansão, no Distrito 2.

### CENTRO

#### Livres dos caminhões

O convênio prevê repasse de R\$ 94 milhões por parte da Superintendência e R\$ 10,5 milhões como contrapartida do Governo do Amazonas. A previsão é revitalizar 36 ruas, sendo 33 da área pioneira e três da expansão do Distrito. As obras vão permitir uma melhor logística para o PIM e a retirada do fluxo de veículos pesados de carga do Centro da cidade.

### Governo publica MP que trata da compensação do ICMS

Foi publicada ontem no Diário Oficial da União a Medida Provisória 599 que prevê a compensação federal de perdas futuras dos governos regionais com a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado das mercadorias transportadas de um Estado a outro. A medida cria também o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), vinculado ao Ministério da Fazenda, para financiar a execução de investimentos e dinamização da atividade econômica local.

De acordo com a norma, a compensação será feita aos estados e ao Distrito Federal na medida da perda constatada nos resultados da balança interestadual de operações e prestações destinadas a contribuintes do ICMS. A apuração das perdas será feita pela Receita Federal todo mês de junho com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas no ano imediatamente anterior. O montante referente à compensação será repassado às regiões

em doze parcelas mensais iguais. O objetivo é acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

A medida estabelece também que o auxílio financeiro não excederá o valor de R\$ 8 bilhões por ano. Além disso, os estados devedores terão suas dívidas subtraídas do valor total a ser recebido.

Quanto ao FDR, caberá ao Executivo identificar e orientar projetos de investimento nos estados e DF e, de acordo com a viabilidade econômica, propor a liberação de recursos financeiros. Os Estados e o Distrito Federal deverão demonstrar a efetiva utilização dos recursos por meio de relatórios de prestação de conta, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério da Fazenda.

A MP trata ainda da troca do indexador da dívida dos estados e dos municípios com a União. O governo corrigirá os valores pela Selic ou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ao ano, prevalecendo o menor valor.